

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: DA CARTILHA TRADICIONAL ÀS PROPOSTAS CONTEMPORÂNEAS

THE HISTORICAL EVOLUTION OF LITERACY METHODS IN BRAZIL: FROM
TRADITIONAL PRIMERS TO CONTEMPORARY APPROACHES

LA EVOLUCIÓN HISTÓRICA DE LOS MÉTODOS DE ALFABETIZACIÓN EN BRASIL: DE
LA CARTILLA TRADICIONAL A LAS PROPUESTAS CONTEMPORÂNEAS

Alexandre Rodrigues de Castro¹

RESUMO: Este artigo buscou analisar a evolução histórica dos métodos de alfabetização no Brasil, destacando a passagem de práticas centradas na cartilha tradicional para propostas contemporâneas que ampliam o entendimento do que significa alfabetizar. A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo bibliográfico, com seleção e análise de obras e documentos educacionais que discutem a alfabetização em diferentes períodos, bem como orientações curriculares recentes. Os resultados indicam que a cartilha exerceu papel estruturante na organização do ensino por sua sequência didática e padronização, mas também evidenciam limites quando o processo se restringe à decodificação e à repetição, reduzindo a compreensão e o uso social da escrita. Observou-se, ainda, que abordagens atuais valorizam práticas de leitura e produção textual em contextos reais, incorporando múltiplas linguagens e mídias, o que tensiona a necessidade de formação docente contínua e condições pedagógicas adequadas. Conclui-se que o avanço na alfabetização não depende de um método único, mas de uma integração equilibrada entre ensino intencional do sistema de escrita e práticas significativas de linguagem, sustentada por políticas consistentes e formação docente de qualidade.

Palavras-chave: Alfabetização. Métodos de ensino. História da educação.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the historical evolution of literacy methods in Brazil, highlighting the shift from practices centered on traditional primers to contemporary approaches that broaden the meaning of learning to read and write. The study was conducted through a bibliographic review, with the selection and analysis of academic works and educational documents addressing literacy across different periods, as well as recent curricular guidelines. The findings indicate that primers played a structuring role in organizing teaching due to their sequencing and standardization, but they also reveal limitations when literacy is restricted to decoding and repetition, weakening comprehension and the social use of writing. The review also shows that current approaches value reading and text production in real contexts, incorporating multiple languages and media, which reinforces the need for continuous teacher education and adequate pedagogical conditions. It is concluded that progress in literacy does not depend on a single method, but on a balanced integration between the intentional teaching of the writing system and meaningful language practices, supported by consistent policies and high-quality teacher education.

Keywords: Literacy. Teaching methods. History of education.

¹Doutorando em Ciências da educação, Universidade: Christian Business School-CBS.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar la evolución histórica de los métodos de alfabetización en Brasil, destacando el paso de prácticas centradas en la cartilla tradicional a propuestas contemporáneas que amplían el significado de alfabetizar. La investigación se desarrolló mediante un estudio bibliográfico, con selección y análisis de obras académicas y documentos educativos que abordan la alfabetización en distintos períodos, así como orientaciones curriculares recientes. Los resultados indican que la cartilla desempeñó un papel estructurante en la organización de la enseñanza por su secuenciación y estandarización, pero también evidencian límites cuando el proceso se restringe a la decodificación y la repetición, debilitando la comprensión y el uso social de la escritura. Asimismo, se observó que los enfoques actuales valorizan la lectura y la producción textual en contextos reales, incorporando múltiples lenguajes y medios, lo que refuerza la necesidad de formación docente continua y condiciones pedagógicas adecuadas. Se concluye que el avance en la alfabetización no depende de un método único, sino de una integración equilibrada entre la enseñanza intencional del sistema de escritura y prácticas significativas de lenguaje, sustentada por políticas consistentes y una formación docente de calidad.

Palabras clave: Alfabetización. Métodos de enseñanza. Historia de la educación.

INTRODUÇÃO

A alfabetização no Brasil sempre esteve no centro de disputas pedagógicas, políticas e sociais, porque não se trata apenas de ensinar letras e sons, mas de garantir o acesso à leitura e à escrita como condição concreta de participação na vida pública, no trabalho e na produção de sentidos no cotidiano. Quando olhamos para a trajetória histórica dos métodos de alfabetização, percebemos que cada proposta nasce em um tempo específico, responde a expectativas daquele momento e, muitas vezes, é apresentada como “a solução” para problemas que são bem mais amplos do que o método em si (MORTATTI MR, 2019).

Mortatti MR (2019) mostra que a história dos métodos no Brasil não é linear nem “evolutiva” no sentido simples: ela é marcada por permanências e rupturas, por disputas de concepção de linguagem e por diferentes projetos de escola. Nesse caminho, a cartilha tradicional com forte presença de práticas sintéticas e ênfase na decodificação ocupou por muito tempo o lugar de referência didática, sobretudo porque oferecia ao professor um roteiro pronto e socialmente legitimado. Ao mesmo tempo, esse modelo foi criticado por reduzir a alfabetização a uma sequência mecânica, deixando em segundo plano o sentido, a compreensão e a função social da escrita (MORTATTI MR, 2019; SOARES M, 2016).

O debate, porém, não se resolve com a simples troca de um método por outro. Soares M (2016) chama atenção para o risco de “polarizações” que simplificam a discussão, como se alfabetizar fosse apenas escolher entre abordagens concorrentes. Na prática, o que se vê nas escolas é uma convivência de procedimentos: um pouco de treino de correspondências

grafofonêmicas, um pouco de leitura de textos, algum trabalho com produção escrita, além de intervenções que variam conforme a turma e a formação do docente. Isso ajuda a entender por que, mesmo com mudanças teóricas importantes, as dificuldades de aprendizagem permanecem e reaparecem, principalmente em contextos de desigualdade social (SOARES M, 2016).

Nas últimas décadas, a alfabetização foi atravessada por uma ampliação do próprio conceito de aprender a ler e escrever. A escrita não é somente técnica; é prática social situada. Por isso, além do domínio do sistema de escrita, ganha força a discussão sobre letramento e, mais recentemente, sobre multiletramentos, considerando linguagens, mídias, culturas e modos de produzir sentido no mundo contemporâneo. Nessa linha, Rojo R e Moura E (2012) defendem que a escola precisa reconhecer que os textos hoje circulam em múltiplos formatos e que a formação do leitor passa também pela interpretação crítica de linguagens verbais, visuais, sonoras e digitais (ROJO R e MOURA E, 2012).

Esse cenário também se relaciona com marcos normativos e orientações curriculares. A Base Nacional Comum Curricular, por exemplo, explicita aprendizagens essenciais e expectativas de desenvolvimento ao longo da Educação Básica, influenciando a forma como redes e escolas organizam suas propostas de alfabetização e de ensino de língua portuguesa (BRASIL, 2018). Ao mesmo tempo, o cotidiano escolar mostra que a existência de diretrizes não garante, por si só, coerência pedagógica: o que define o impacto real é como essas orientações chegam ao planejamento, aos materiais e às práticas docentes, em diálogo com a realidade de cada turma (BRASIL, 2018; SOARES M, 2016).

Apesar da ampla produção sobre alfabetização, ainda há lacunas que justificam revisitar historicamente os métodos no Brasil. Uma delas é a dificuldade de articular, de forma consistente, a dimensão técnica da alfabetização (domínio do sistema de escrita) com a dimensão social (uso significativo da leitura e da escrita), sem cair em modismos ou em receitas simplificadas. Outra lacuna está no modo como as políticas educacionais e as formações docentes, muitas vezes, tratam o método como centro da solução, quando o problema envolve condições de trabalho, desigualdades de acesso a bens culturais e desafios estruturais da escola pública (MORTATTI MR, 2019; SOARES M, 2016).

Diante disso, este artigo tem como foco compreender a evolução histórica dos métodos de alfabetização no Brasil, partindo da centralidade da cartilha tradicional e chegando às propostas contemporâneas que incorporam concepções mais amplas de linguagem e aprendizagem. Ao fazer esse percurso, busca-se contribuir para uma leitura menos apressada e

mais crítica do tema, reconhecendo que alfabetizar exige escolhas pedagógicas fundamentadas, sensibilidade para o contexto e compreensão histórica sobre o que já foi tentado, consolidado ou contestado no país (MORTATTI MR, 2019; BRASIL, 2018).

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, construída a partir do levantamento e análise de obras que discutem a alfabetização no Brasil, com ênfase na evolução histórica dos métodos e em seus desdobramentos no cenário contemporâneo. A pesquisa bibliográfica permite reunir, comparar e interpretar contribuições teóricas já publicadas, favorecendo uma visão ampla do fenômeno e possibilitando identificar continuidades, rupturas e tendências que marcaram o debate sobre alfabetização no país (GIL AC, 2002).

A seleção das fontes priorizou livros, capítulos e documentos institucionais reconhecidos na área da Educação e do Ensino de Língua Portuguesa, além de textos acadêmicos de referência sobre alfabetização e letramentos. Entre as bases e repositórios consultados, destacam-se publicações acadêmicas de acesso público e documentos oficiais, especialmente aqueles que orientam currículos e práticas escolares, como as diretrizes curriculares nacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018).

4

O procedimento de busca utilizou descritores relacionados ao tema, como “história da alfabetização”, “métodos de alfabetização”, “cartilha”, “letramento”, “multiletramentos” e “políticas curriculares”, combinados conforme a necessidade. Como critério de inclusão, foram considerados textos em língua portuguesa, com pertinência direta ao contexto brasileiro e com contribuição explícita para a compreensão histórica e pedagógica dos métodos. Também foram incluídas obras clássicas indispensáveis para compreender o debate, mesmo quando anteriores ao recorte temporal mais recente, uma vez que a alfabetização é um campo em que os fundamentos teóricos continuam orientando práticas e políticas ao longo do tempo (MORTATTI MR, 2019; SOARES M, 2016).

Após o levantamento, as obras foram organizadas em eixos temáticos: (a) alfabetização e cartilha tradicional; (b) críticas e reformulações metodológicas ao longo do século XX; (c) aportes contemporâneos vinculados a letramento e multiletramentos; (d) impactos de orientações curriculares recentes no debate sobre alfabetização. Essa organização buscou garantir uma leitura comparativa, evitando tratar as propostas como “substituições

automáticas”, e permitindo compreender em que contextos cada método se fortaleceu ou foi contestado (MORTATTI MR, 2019).

Para análise do material, empregou-se um procedimento interpretativo com inspiração na análise de conteúdo, especialmente no que diz respeito à categorização temática e ao exame dos sentidos atribuídos à alfabetização em diferentes períodos e perspectivas. Essa escolha favorece identificar como os textos descrevem o papel do professor, do aluno, da linguagem e da escola no processo alfabetizador, além de permitir reconhecer argumentos recorrentes, tensões e consensos (BARDIN L, 2016).

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não houve participação de seres humanos nem coleta de dados em campo. Assim, não se aplica submissão a comitê de ética em pesquisa. Ainda assim, foram observados cuidados éticos próprios desse tipo de investigação, como fidelidade às fontes consultadas, registro adequado das referências e respeito à autoria intelectual, garantindo transparência e rigor científico na escrita e na interpretação do material (LAKATOS EM e MARCONI MA, 2017; GIL AC, 2002).

RESULTADOS

O levantamento bibliográfico reuniu produções que descrevem a alfabetização no Brasil como um campo historicamente marcado por alternâncias de propostas didáticas, com presença forte de materiais padronizados (como cartilhas) e, ao longo do tempo, crescente diversificação de abordagens. Nos textos analisados, aparecem registros recorrentes de que a discussão sobre “métodos” não se restringe a escolhas técnicas, mas envolve concepções de linguagem, de infância, de escola e de projeto social, com reflexos diretos no modo como o ensino inicial da leitura e da escrita foi sendo organizado em diferentes épocas (MORTATTI MR, 2019).

Nas obras consultadas, a cartilha tradicional surge descrita como instrumento central do trabalho alfabetizador em diferentes períodos, especialmente por organizar o ensino de maneira sequenciada, com exercícios graduados e forte direcionamento da ação docente. Esse conjunto de materiais aparece associado, nos registros históricos, a práticas voltadas ao treino sistemático do código escrito, com destaque para rotinas de reconhecimento de letras, sílabas e palavras, além de leituras curtas e repetitivas, organizadas conforme progressões previamente definidas (MORTATTI MR, 2019).

Os textos analisados também registram, com frequência, a presença de controvérsias sobre a centralidade do método na alfabetização, apontando que, mesmo quando determinadas

propostas ganham visibilidade, permanecem nas escolas práticas híbridas e usos combinados de procedimentos. Entre os achados recorrentes está a descrição de que mudanças teóricas e pedagógicas não eliminam imediatamente práticas anteriores, de modo que diferentes referências convivem no cotidiano escolar, variando conforme contexto, rede de ensino, materiais adotados e formação do professor (SOARES M, 2016).

Na produção mais recente encontrada, aparecem registros que ampliam o enfoque da alfabetização para além do domínio do sistema de escrita, incorporando a discussão sobre práticas sociais de leitura e escrita e sobre a circulação de textos em múltiplas linguagens. Nesse conjunto, são frequentes menções ao trabalho com gêneros discursivos diversos e à compreensão de que as experiências leitoras e de produção textual passam a envolver também linguagens visuais, sonoras e digitais, articuladas às demandas culturais contemporâneas (ROJO R e MOURA E, 2012).

Entre os documentos institucionais incluídos na revisão, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aparece como referência normativa citada em estudos que descrevem expectativas de aprendizagem e organização do ensino ao longo da Educação Básica, com impactos diretos na forma como redes estruturam currículos e orientações pedagógicas para a alfabetização. No conjunto analisado, a BNCC é apresentada como documento que define aprendizagens essenciais e baliza a construção curricular, sendo frequentemente mobilizada como marco para discussões sobre alfabetização e ensino de língua portuguesa (BRASIL, 2018).

6

Além da BNCC, aparecem no levantamento referências a dispositivos legais e políticas educacionais que compõem o cenário de regulação e orientação do ensino. Entre esses, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é descrita como base estruturante do sistema educacional brasileiro, frequentemente citada por estabelecer princípios e diretrizes gerais para a organização da educação escolar (BRASIL, 1996).

Também foram identificados materiais e normativas relacionados à Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída por decreto, descrita em documentos oficiais como política voltada à promoção de programas e ações para alfabetização no território nacional. Nos textos analisados, a PNA aparece como referência documental citada em discussões sobre diretrizes e fundamentos propostos para orientar ações federais e articulações com estados e municípios (BRASIL, 2019).

Por fim, foram encontrados estudos acadêmicos que descrevem e analisam especificamente como a alfabetização é apresentada na BNCC, registrando elementos do

documento, escolhas conceituais e formas de articulação do tema no currículo. Nesse conjunto, destacam-se produções que assumem a BNCC como objeto de análise documental e descrevem como o texto normativo organiza a alfabetização e suas expectativas, servindo como base para debates recentes na área (GONTIJO CMM, COSTA DMV e PEROVANO NS, 2020).

DISCUSSÃO

Os resultados da revisão deixam bem claro que, no Brasil, falar de alfabetização nunca foi apenas falar de “como ensinar a ler”. É falar de um projeto de escola e, muitas vezes, de um projeto de país. Quando a cartilha tradicional aparece como eixo organizador do ensino por décadas, isso não aconteceu só por preferência pedagógica: aconteceu porque ela dava um roteiro, uma sensação de segurança e um modo de padronizar o que deveria ser aprendido, principalmente em sistemas educacionais que cresceram rápido e nem sempre ofereceram formação e acompanhamento suficientes aos professores (MORTATTI MR, 2019).

Ao mesmo tempo, essa mesma segurança tem um custo. A literatura mostra que, quando a alfabetização fica presa apenas à decodificação e à repetição, ela pode até produzir crianças que “soletram” com rapidez, mas não necessariamente leitores que compreendem, interpretam e usam a escrita para resolver situações reais de comunicação. É justamente aí que se entende por que tantas reformas tentaram “corrigir” o caminho e por que o debate reaparece ciclicamente, como se o país vivesse uma espécie de retorno eterno à mesma pergunta: “qual método funciona?” (SOARES M, 2016).

Só que os estudos analisados também apontam que a pergunta, do jeito que é feita, costuma ser limitada. Soares M (2016) argumenta que a disputa “um método contra o outro” tende a esconder o essencial: alfabetização exige ensino intencional do sistema de escrita, mas também exige sentido, contexto, leitura real e produção de texto. Ou seja, não é uma escolha simples entre técnica e significado; é uma construção pedagógica que precisa equilibrar as duas dimensões e isso não se resolve com slogans ou modismos, mas com planejamento e formação consistente.

Quando a discussão incorpora letramento e, depois, multiletramentos, aparece um ponto decisivo: a alfabetização não pode ser pensada como um fim em si mesma, mas como porta de entrada para práticas sociais de linguagem. Não basta “aprender a ler”; é preciso aprender a ler o mundo, os textos, as intenções, as mídias. Nesse aspecto, Rojo R e Moura E (2012) ajudam a entender por que o ensino precisa dialogar com novas linguagens e com a cultura digital, não

como “enfeite”, mas como parte real do modo como os estudantes produzem e interpretam sentidos hoje.

Esse avanço conceitual, porém, não elimina desafios práticos. Um dos pontos que mais se repete na literatura é a distância entre a teoria e o cotidiano escolar. Muitas escolas passaram a adotar discursos mais contemporâneos, mas continuam presas a rotinas tradicionais, às vezes por falta de suporte, às vezes por pressão por resultados rápidos. É aí que a história dos métodos ajuda: ela mostra que mudanças de ideia não se transformam automaticamente em mudanças de prática (MORTATTI MR, 2019; SOARES M, 2016).

Quando entram documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular, o debate ganha outra camada. A BNCC organiza expectativas de aprendizagem e orienta redes e escolas, o que é importante para garantir direitos, mas também pode gerar leituras simplificadas se for tratada como checklist de habilidades isoladas. Por isso, o impacto real da BNCC na alfabetização depende menos do documento em si e mais de como ele é traduzido em formação docente, materiais didáticos e acompanhamento pedagógico cotidiano (BRASIL, 2018; GONTIJO CMM, et al., 2020).

Além disso, as políticas públicas recentes mostram como o campo da alfabetização é sensível a mudanças de orientação. Quando uma política ganha força e, depois, é rediscutida ou descontinuada, as redes ficam com orientações instáveis, e quem sente isso no dia a dia é o professor, que precisa reorganizar práticas e metas com frequência. Esse cenário reforça a ideia de que alfabetização não se resolve apenas por decreto ou por documento: ela precisa de continuidade, investimento e coerência formativa (BRASIL, 2019).

Outro ponto que a discussão evidencia é que método nenhum é “neutro” diante das desigualdades. Em um país marcado por diferenças de acesso a livros, repertórios culturais e condições de estudo, práticas muito rígidas tendem a penalizar mais quem já chega à escola com menos oportunidades. Por isso, quando se fala em “eficácia” de métodos, é preciso pensar também em equidade: que tipo de alfabetização garante o direito de aprender para todos, e não só para quem já tem apoio fora da escola? (SOARES M, 2016).

No conjunto, a revisão sugere que a saída mais consistente não é voltar para a cartilha como solução total, nem apostar que a exposição a textos resolve tudo sozinha. O caminho mais sólido é integrar: ensinar o funcionamento do sistema de escrita com clareza, ao mesmo tempo em que se garante leitura significativa, produção textual, oralidade e experiências reais de linguagem. Esse equilíbrio, que parece simples no papel, exige professor bem formado,

acompanhamento pedagógico e condições concretas de trabalho e é justamente aí que muitos projetos falham quando se limitam ao debate do “método certo” (SOARES M, 2016).

Por fim, discutir a evolução histórica dos métodos ajuda a tirar a alfabetização do lugar de “moda pedagógica” e colocá-la onde ela precisa estar: como responsabilidade coletiva, sustentada por pesquisa, por memória histórica e por compromisso com justiça educacional. Quando se conhece o caminho já percorrido, fica mais fácil evitar repetições apressadas e construir propostas contemporâneas com mais equilíbrio, consistência e respeito ao processo real de aprendizagem das crianças (MORTATTI MR, 2019).

CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou compreender que a alfabetização no Brasil se constituiu historicamente como um campo atravessado por disputas pedagógicas e por diferentes concepções de linguagem, de infância e de escola. Ao retomar o percurso que vai das cartilhas tradicionais às propostas contemporâneas, ficou evidente que os métodos não aparecem como soluções neutras ou universais, mas como respostas construídas em determinados contextos sociais, políticos e educacionais. O principal aprendizado, portanto, foi perceber que discutir “métodos” exige olhar para além da técnica e considerar o sentido que a leitura e a escrita assumem dentro de cada projeto formativo.

9

Os achados reforçam que a cartilha tradicional teve papel relevante na organização do ensino por oferecer estrutura e sequência, especialmente em redes que buscavam padronização e segurança didática. No entanto, também ficou claro que, quando a alfabetização se reduz à repetição e à decodificação, há risco de se enfraquecer a dimensão de compreensão, autoria e uso social da escrita. A contribuição mais importante desse resgate histórico é justamente mostrar que a alfabetização se torna mais consistente quando o ensino do sistema de escrita caminha junto com práticas reais de leitura e produção de texto, permitindo que o estudante aprenda a ler não apenas “as palavras”, mas os sentidos que elas carregam.

Ao considerar as propostas contemporâneas, observou-se o fortalecimento de uma visão mais ampla de alfabetização, conectada às práticas sociais e às múltiplas linguagens presentes no cotidiano. Isso sinaliza avanços importantes, porque aproxima a escola das formas atuais de comunicação e amplia as possibilidades de participação dos estudantes. Por outro lado, o estudo também evidenciou que a simples adoção de discursos inovadores não garante mudanças reais

na sala de aula; sem formação docente consistente, acompanhamento pedagógico e condições de trabalho, muitas propostas ficam no plano das intenções ou se traduzem de modo superficial.

Do ponto de vista das aplicações, este artigo contribui para a área ao oferecer uma leitura histórica que ajuda professores, gestores e formuladores de políticas a evitarem respostas apressadas e polarizações improdutivas. Em vez de buscar “o método definitivo”, torna-se mais promissor investir em estratégias integradas, alinhadas ao contexto escolar, capazes de equilibrar o ensino intencional do sistema de escrita com práticas significativas de linguagem. Assim, a alfabetização pode ser tratada como um processo pedagógico planejado, sensível às desigualdades e comprometido com o direito de aprender de todos os estudantes.

Como limitações, destaca-se que, por ser uma pesquisa bibliográfica, o estudo não acompanhou práticas em campo nem analisou dados empíricos de escolas específicas, o que impede generalizações sobre resultados de implementação em diferentes redes. Para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar a investigação com estudos de caso, análises comparativas entre propostas de formação docente e observação de práticas alfabetizadoras em contextos variados. Também se sugere examinar com mais detalhe como documentos curriculares são traduzidos em materiais, rotinas e avaliações, considerando seus impactos concretos na aprendizagem e na redução de desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

- BOTO C. Aprender a ler: entre cartilhas, livros e métodos. *Educação e Pesquisa*, 2004; 30(3): 493-511.
- BOTO C, GUIRAO R. Cartilhas e a escolarização das práticas de leitura, escrita e aritmética no Brasil (século XIX). *Revista Brasileira de Alfabetização*, 2020; (12): 192-211.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. *Diário Oficial da União*, 2019.
- FRADE ICAS. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. *Educação*, Santa Maria, 2007; 32(1): 21-40.
- GONTIJO CMM, COSTA DMV, PEROVANO NS. Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Pro-Posições*, 2020; 31: e20180110.
- KLEIMAN AB. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. *Linguagem em (Dis)curso*, 2008; 8(3): 487-517.

MORAIS AG. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. *Revista Brasileira de Alfabetização*, 2019; 1(10): 66-75.

MORTATTI MRL. Notas para uma história da formação do alfabetizador no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 2008; 89(223): 467-476.

MORTATTI MRL. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, 2010; 15(44): 329-341.

MORTATTI MRL. Um balanço crítico da “Década da Alfabetização no Brasil”. *Cadernos CEDES*, 2013; 33(89): 15-34.

MORTATTI MRL. Os órfãos do construtivismo. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 2016; 11(4): 2267-2286.

MORTATTI MRL. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” metodológica para trás e pela direita. *Revista Brasileira de Alfabetização*, 2019; 1(10): 26-31.

MORTATTI MRL. Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2019.

PERES R, RAMIL C, ALFREDO JL. Alfabetização pela imagem: uma análise iconográfica da cartilha Caminho Suave, material de apoio. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, 2015; 19(41): 53-79.

PERES V, VAHL M, THIE F. Aspectos editoriais da cartilha Caminho Suave: uma análise da materialidade do impresso. *História da Educação*, 2016; 20(50): 277-300.

11

ROJO R. Letramentos digitais: a leitura como réplica ativa. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 2007; 46(1): 63-78.

SOARES L. A reinvenção da alfabetização em tempos de cibercultura: escolarização e letramento na sala de aula virtual. *Educação & Sociedade*, 2002; 23(81): 143-160.

SOARES M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, 2004; (25): 5-17.